

**FIDENE**FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO
E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SULRua do Comércio, 3000
Ijuí - RS
CNPJ: 90.738.014/0001-08

MANTIDAS:

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Encerrado em 31 de dezembro de 2019

	EM R\$			EM R\$	
ATIVO	31/dez/2019	31/dez/2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	31/dez/2019	31/dez/2018
ATIVO CIRCULANTE	33.348.455,24	27.086.588,77	PASSIVO CIRCULANTE	27.709.831,22	24.951.904,39
Disponível (Nota 4)	7.132.103,72	471.039,37	Empréstimos e Financiamentos (Nota 10-A)	11.598.459,57	8.889.537,32
Direitos Realizáveis (Nota 5)	22.151.464,69	23.199.992,72	Fornecedores de Bens e Serviços	1.786.587,94	1.538.286,79
Estoques	1.419.709,64	1.518.640,91	Obrigações Empregatícias (Nota 11-A)	13.088.534,73	13.286.880,69
Despesas Antecipadas	1.556.943,82	1.741.533,39	Outras Obrigações (Nota 12)	1.236.248,98	1.237.199,59
Recursos de Projetos	1.088.233,37	155.382,38			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	121.558.718,22	114.179.500,62	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	42.649.022,33	33.654.189,76
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (Nota 6)	16.863.244,90	10.712.396,49	Empréstimos e Financiamentos (Nota 10-B)	15.800.588,19	6.779.609,11
Financiamento Estudantil Reembolsável	7.118.806,48	2.004.349,85	Obrigações Empregatícias (Nota 11-B)	18.082.428,88	19.748.389,82
Modalidade Pagamento Estendido	84.436,41	259.537,20	Receita Antecipada	8.900.339,18	7.329.909,65
Renegociação de Dívidas	2.550.976,54	2.461.167,64	(-) Despesa Diferida	(134.333,92)	(203.718,82)
Depósitos Judiciais	104.958,78	191.576,91			
Fundo de Reserva Consórcios	14.439,57	14.997,48			
Fundo Garantia Operações Crédito Educativo	6.989.627,12	5.780.767,41			
INVESTIMENTOS (Nota 7)	218.522,46	230.527,30	PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 14)	84.548.319,91	82.659.995,24
Participações em Empresas	218.522,46	230.527,30	Patrimônio Social Inicial	666.831,06	666.831,06
IMOBILIZADO (Nota 8)	62.594.950,86	61.354.576,83	Reserva de Capital	41.882.000,00	41.882.000,00
Prédios	31.172.017,38	30.522.863,96	Reserva de Reavaliação	18.813.894,67	18.977.230,15
Imobilizações em Andamento	1.420.139,27	268.237,36	Superávit/Déficit do Período	23.185.594,18	21.133.934,03
Imobilizações em Áreas de Terceiros	405.108,78	413.334,90	Superávit/Déficit Acumulados	23.856.299,80	18.803.785,71
Terrenos	6.260.628,85	6.260.628,85	Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos (Nota 15)	6.640.984,60	6.276.522,58
Bens Móveis	23.067.772,58	23.633.835,76	Mudança de Prática e Estimativa Contábil	(6.845.153,22)	(6.845.153,22)
Semoventes	269.284,00	255.676,00	Retificação de Erro	(2.153.735,13)	(2.153.735,13)
			Superávit/Déficit do Período	1.687.198,13	5.052.514,09
INTANGÍVEL (Nota 9)	41.882.000,00	41.882.000,00	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL	154.907.173,46	141.266.089,39
Marcas	41.882.000,00	41.882.000,00			
TOTAL DO ATIVO	154.907.173,46	141.266.089,39			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Encerrado em 31 de dezembro de 2019

	EM R\$	
	01/JAN./2019 A 31/DEZ./2019	01/JAN./2018 A 31/DEZ./2018
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	127.887.999,91	133.704.358,98
- Receitas de Ensino	125.937.636,27	132.880.313,63
Receitas de Ensino com Restrição	18.080.930,56	20.284.193,67
Graduação	17.588.652,01	19.812.492,05
Ensino Fundamental e Médio	492.278,55	471.701,62
Receitas de Ensino sem Restrição	107.856.705,71	112.596.119,96
Graduação	91.571.722,65	99.076.543,50
Pós-Graduação	11.408.589,09	9.336.771,83
Ensino Fundamental e Médio	3.316.999,81	2.995.743,12
Ensino Técnico	270.719,19	258.130,85
Cursos de Extensão e Palestras	507.486,76	339.256,84
Outras Receitas de Ensino	781.188,21	589.673,82
- (-) Descontos Concedidos	(2.178.345,68)	(3.282.738,12)
- Receita de Serviços	3.153.237,17	3.111.531,35
- Receita Agropecuária	975.472,15	995.252,12
2. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(98.776.137,40)	(98.371.226,93)
- Custos com Ensino e outros Serviços (Nota 16)	(69.324.969,92)	(69.677.822,69)
- Custos com Gratuidade no Ensino (Nota 17)	(28.881.771,29)	(28.051.407,57)
Gratuidades Graduação	(25.790.404,68)	(25.804.381,90)
Gratuidades Pós-Graduação	(2.079.263,95)	(1.341.392,50)
Gratuidades Ensino Fundamental e Médio	(1.012.102,66)	(905.633,17)
- Custos com Produtos Agropecuários	(569.396,19)	(641.996,67)
3. RESULTADO BRUTO	29.111.862,51	35.333.132,05
4. DESPESAS OPERACIONAIS	(33.745.475,05)	(34.968.924,19)
- Despesas com Pessoal	(24.319.592,39)	(25.037.000,26)
- Despesas com Ações Trabalhistas	(781.049,21)	(59.394,36)
- Despesas com Depreciações	(2.539.540,01)	(2.227.644,06)
- Despesas Financeiras	(5.445.762,32)	(4.644.632,83)
- Receitas Financeiras	2.634.203,07	2.123.723,58
- Execução de Projetos com Recurso Externo e Contribuições	(2.038.220,64)	(2.613.841,91)
- Transferências de Bolsas e Auxílio para Alunos	(250.459,99)	(150.475,29)
- Baixa Contas Receber/Disponibilidades/Provisão Clientes	(992.878,23)	(2.356.740,63)
- Outras Despesas Operacionais	(12.175,33)	(2.918,43)
5. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	6.648.974,33	5.053.902,31
- Receitas Imobiliárias	247.515,34	222.620,44
- Doações de Pessoas	49.878,22	62.516,65
- Diversas Receitas (Nota 18)	3.604.533,63	812.804,62
- Recurso Externo para Custeio	2.574.663,36	2.991.941,55
- Recurso Externo para Investimento	172.383,78	964.019,05
6. RESULTADO OPERACIONAL	2.015.361,79	5.418.110,17
7. GANHOS E PERDAS DE CAPITAL	(328.163,66)	(365.596,08)
8. SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	1.687.198,13	5.052.514,09

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Encerrado em 31 de dezembro de 2019

Descrição	Patrimônio Social Inicial	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Superavit/Déficit Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2017	666.831,06	41.882.000,00		9.804.897,36	71.473.634,99
Superávit do Exercício 2018				5.052.514,09	5.052.514,09
Reserva de Reavaliação			(142.676,42)		(142.676,42)
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos (Nota 13)				6.276.522,58	6.276.522,58
Saldo em 31/12/2018	666.831,06	41.882.000,00	18.977.230,15	21.133.934,03	82.659.995,24
Superávit do Exercício 2019				1.687.198,13	1.687.198,13
Reserva de Reavaliação			(163.335,48)		(163.335,48)
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos (Nota 15)				364.462,02	364.462,02
Saldo em 31/12/2019	666.831,06	41.882.000,00	18.813.894,67	23.185.594,18	84.548.319,91

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Encerrado em 31 de dezembro de 2019

	EM R\$	
	01/JAN./2019 a 31/DEZ./2019	01/JAN./2018 a 31/DEZ./2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.427.864,68	13.414.004,31
Superávit/Déficit Ajustado do Período	4.427.864,68	13.414.004,31
Superávit/Déficit do Período	1.687.198,13	5.052.514,09
Depreciação e Amortização	2.539.540,01	2.227.644,06
Realização Reserva Reavaliação	(163.335,48)	(142.676,42)
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos	364.462,02	6.276.522,58
Varição de Direitos e Obrigações		
(Aumento) Redução em Contas a Receber	1.048.528,03	1.042.894,51
(Aumento) Redução nos Estoques	98.931,27	179.230,32
(Aumento) Redução Despesas Antecipadas	184.589,57	195.519,98
(Aumento) Redução Outros Realizáveis a Longo Prazo	(6.150.848,41)	(2.327.454,00)
Aumento (Redução) em Fornecedores	248.301,15	(171.864,58)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões	(199.296,57)	(799.740,63)
Aumento (Redução) Outras Exigibilidades a Longo Prazo	(26.146,51)	(3.571.264,65)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	(368.076,79)	7.961.325,26
ATIVIDADES INVESTIMENTOS		
Aumento Ativo Imobilizado (Compras - Vendas)	(3.910.699,04)	(9.167.311,10)
Aumento de Ações/Cotas (Compras - Vendas)	12.004,84	(9.380,44)
Recebimento por Venda de Ativos Imobilizados	130.785,00	46.882,00
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimentos	(3.767.909,20)	(9.129.809,54)
ATIVIDADES FINANCIAMENTOS		
Aumento (Diminuição) de Empréstimos Tomados	11.729.901,33	(3.177.365,67)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamentos	11.729.901,33	(3.177.365,67)
Aumento/(Redução) Líquido nas Atividades	7.593.915,34	(4.345.849,95)
Varição nas Disponibilidades	7.593.915,34	(4.345.849,95)
No início do período	626.421,75	4.972.271,70
No final do período	8.220.337,09	626.421,75

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Encerrado em 31 de dezembro de 2019

	EM R\$	
	01/JAN./2019 a 31/DEZ./2019	01/JAN./2018 a 31/DEZ./2018
1. RECEITAS	136.786.739,76	142.196.080,83
1.1 - Venda de mercadoria, produtos e serviços	130.066.345,59	136.987.097,10
1.2 - Provisão para devedores duvidosos	240.517,03	303.239,34
1.3 - Outras Receitas Operacionais	6.479.877,14	4.905.744,39
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(12.189.026,89)	(13.549.672,45)
2.1 - Materiais	(3.945.268,06)	(4.108.290,63)
2.2 - Serviços de Terceiros e Encargos	(6.851.297,10)	(6.563.963,69)
2.3 - Perdas	(1.429.589,73)	(2.928.635,63)
2.4 - Outras (provisão ações cíveis)	37.128,00	51.217,50
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	124.597.712,87	128.646.408,38
4. RETENÇÕES	(2.539.540,01)	(2.227.644,06)
4.1 - Depreciação, amortização e exaustão	(2.539.540,01)	(2.227.644,06)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	122.058.172,86	126.418.764,32
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.634.203,07	2.123.723,58
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	-	-
6.2 - Receitas financeiras	2.634.203,07	2.123.723,58
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	124.692.375,93	128.542.487,90
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	124.692.375,93	128.542.487,90
8.1 - Pessoal e encargos	82.457.952,98	83.417.496,13
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	631.921,57	330.619,07
8.3 - Juros e aluguéis	8.744.851,33	8.926.133,84
8.4 - Bolsas Educacionais	28.881.771,29	28.051.407,57
8.7 - Transferências para Desenvolvimento de Projetos	2.288.680,63	2.764.317,20
8.8 - Superávits Retidos/Déficit do Exercício	1.687.198,13	5.052.514,09

**FIDENE**

FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2019

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FIDENE, instituição comunitária, sem fins lucrativos, de caráter científico-técnico-educativo-cultural, é pessoa jurídica de direito privado, com prazo de duração indeterminado, rege-se pela legislação em vigor e pelo Estatuto e tem sede e foro na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul. A FIDENE, priorizando a educação, caracteriza-se pela promoção do desenvolvimento regional integrado, planejado e instrumentalizado pelos meios que se fazem necessários.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros (Resolução 1409/12 do CFC), as quais abrangem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Direção da instituição, em 06 de março de 2020, autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

NOTA 03 – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS**A. APURAÇÃO DO RESULTADO**

As receitas e despesas que formam o resultado são reconhecidas pelo regime contábil de competência, apropriadas mensalmente.

B. DISPONÍVEL

Compreende o saldo em caixa, em contas bancárias e as aplicações financeiras de imediata disponibilidade, com menor risco de variação de valor, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

C. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização. As obrigações estão demonstradas pelos valores atualizados até a data do Balanço.

D. PROVISÃO CLIENTES INADIMPLENTES

A provisão, tem como base a mensalidade escolar bruta, a dedução das bolsas, das gratuidades e dos valores a receber do FIES, aplicando-se sobre este resultado o percentual médio da inadimplência do ano anterior.

E. ESTOQUES

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, composto de Materiais de Consumo, Livros Editados, Setor Agropecuário e Outros destinados às suas finalidades institucionais.

F. RECEITA ANTECIPADA

Formada por valores relativos a antecipações de receitas de projetos de assessoria e serviços e por auxílios para obras e equipamentos a serem executados após 31 de dezembro de 2019.

G. APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS FINALIDADES INSTITUCIONAIS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 04 - DISPONÍVEL

O valor total de R\$ 7.132.103,72 está discriminado nas seguintes rubricas e valores:

Rubricas	DEZEMBRO 2019	DEZEMBRO 2018
Caixa	72.559,58	103.114,23
Banco Conta Corrente	42.666,75	217.604,27
Aplicações Financeiras	7.016.877,39	150.320,87
Total	7.132.103,72	471.039,37

As aplicações financeiras referem-se ao recursos captados para fins exclusivos de financiar a construção do Complexo de Ciências da Saúde, da reforma do prédio Unijuí Saúde, da construção do prédio da marcenaria, da construção do centro de convivência, de adequações previstas no plano de prevenção contra incêndio e infraestrutura para acessos e estacionamentos. E estão representadas por aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário, as quais possuem como remuneração média 98,50% da CDB aproximadamente 0,5 ao mês.

NOTA 05 - DIREITOS REALIZÁVEIS

O valor total de R\$ 22.151.464,69 está discriminado nas seguintes rubricas e valores:

Rubricas	DEZEMBRO 2019	DEZEMBRO 2018
Mensalidades	14.800.024,58	15.681.249,15
Financiamento Estudantil Reembolsável	696.165,38	739.357,77
Modalidade Pagamento Estendido	785.623,16	833.812,40
Renegociação de Dívidas	4.606.717,22	4.406.270,28
Clientes de Serviços	458.788,08	484.034,67
Cheques a Depositar	386.098,62	843.372,14
Aplicações Financeiras	255.526,50	255.526,50
Valores a Receber de Funcionários	343.016,77	588.798,34
Outros Valores a Receber	853.666,19	642.250,31
Provisão Clientes Inadimplentes	(1.034.161,81)	(1.274.678,84)
Total	22.151.464,69	23.199.992,72

Em 2019 houve a reversão de R\$ 240.517,03 da Provisão de Clientes Inadimplentes.

NOTA 06 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo de R\$ 16.863.244,90 está representado por valores a receber com vencimento a partir de 2021. As principais contas são o Financiamento Estudantil Reembolsável no montante de R\$ 7.118.806,48 e o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC no montante de R\$ 6.989.627,12. O Financiamento Estudantil Reembolsável é um programa interno de apoio financeiro aos estudantes, tendo estes a obrigação de restituir após a conclusão dos estudos num período igual à concessão do benefício. O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC, criado pela Lei nº 12.087/09, que é um fundo garantidor de crédito de natureza privada, que opera no âmbito do FIES e tem a finalidade de garantir diretamente o risco em operações de crédito educativo.

NOTA 07 - INVESTIMENTOS

Representa as Participações em ações em empresas de telefonia, empresas de energia elétrica e integralização de cotas capital nas Cooperativas SICREDI e COTRIPAL.

NOTA 08 - IMOBILIZADO

As immobilizações estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear, demonstrando os seguintes valores:

Rubricas	DEZEMBRO 2019	DEZEMBRO 2018
Bens Imóveis - valor original	29.629.220,29	27.416.651,33
Depreciações dos Bens Imóveis	(9.159.658,48)	(8.901.410,53)
Reavaliações dos Bens Imóveis	23.756.725,93	23.756.725,93
Depreciações sobre Reavaliações dos Bens Imóveis	(4.968.393,46)	(4.806.901,66)
Bens Móveis – valor original	36.047.614,51	35.166.409,71
Depreciações dos Bens Móveis	(13.005.404,13)	(11.559.979,83)
Reavaliações dos Bens Móveis	28.635,00	28.635,00
Depreciações das Reavaliações dos Bens Móveis	(3.072,80)	(1.229,12)
Semoventes	269.284,00	255.676,00
Ativo Imobilizado	62.594.950,86	61.354.576,83

As reavaliações ocorreram em 1997, 2003, 2005 e 2007. Foram realizadas reavaliações dos veículos e dos bens imóveis da instituição, sendo que os mesmos foram reavaliados ao preço do mercado, através de Laudos de Avaliações. A instituição optou pela manutenção dos saldos destas contas e a amortização a partir da realização dos ativos através da baixa por venda ou pela depreciação.

As depreciações foram calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil dos bens. No período foi contabilizado o valor de R\$ 2.539.540,01, tendo ocorrido, no exercício, reversão de depreciação de R\$ 364.462,02 decorrente de alienações, obsolescimento, impossibilidade de recuperação, roubo, sinistro e reincorporação de bens ao sistema patrimonial.

NOTA 09 - INTANGÍVEL

Composto pela avaliação da Marca da Unijuí em 2001, com reavaliação em 2003.

NOTA 10 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**A) PASSIVO CIRCULANTE**

No valor total de R\$ 11.598.459,57 todos são em moeda nacional e estão consolidados segundo taxas contratuais discriminadas nas seguintes rubricas e valores:

Rubricas	DEZEMBRO 2019	DEZEMBRO 2018
Bancos conta Empréstimos	4.037.418,22	2.724.294,06
Contratos de Mútuo	7.278.006,73	6.023.988,30
Provisão de Encargos Financeiros	283.034,62	141.254,96
Total	11.598.459,57	8.889.537,32

Os Contratos de Mútuo são compromissos em dinheiro, com pessoas físicas (funcionários da Instituição), classificados em duas rubricas: Mútuo – Conta Corrente liberado ao mutuante quando da sua solicitação; e o Mútuo Programado que possui datas acordadas para a sua exigibilidade e em geral é reaplicado.

Nos Empréstimos são considerados no curto prazo os valores a pagar referentes aos vencimentos do ciclo de um ano.

B) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

No valor de R\$ 15.800.588,19, conforme discriminação abaixo pelas seguintes rubricas e valores:

Financiador	Valor R\$	Vencimento Final	Taxa de Juros	Garantias
Bansicredi/BNDES	306.615,51	15/12/2024	6%aa	Não exigido
Bansicredi	763.889,00	08/11/2021	0,87%am	Hipotecas
Bansicredi	381.734,07	10/06/2022	0,84%am	Equipamentos
Banco do Brasil	466.666,74	12/02/2022	0,87%am	Não exigido
Banco do Brasil	1.277.777,88	30/11/2022	0,92%am	Não exigido
Santander	9.000.000,00	28/08/2026	0,41%am	Hipotecas
Contratos de Mútuo	3.603.904,99	Diversos 2021	0,50%; 0,80%; 1,00% am	
Total	15.800.588,19			

O valor do Santander refere-se a recurso captado para fins exclusivos de financiar a construção do Complexo de Ciências da Saúde, da reforma do prédio Unijuí Saúde, da construção do prédio da marcenaria, da construção do centro de convivência, de adequações previstas no plano de prevenção contra incêndio e infraestrutura para acessos e estacionamentos.

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES EMPREGATÍCIAS**A) PASSIVO CIRCULANTE**

No montante total de R\$ 13.088.534,73 a conta Obrigações Empregatícias é composta dos seguintes itens e valores:

Rubricas	DEZEMBRO 2019	DEZEMBRO 2018
Saldo de Salários	3.535.018,87	3.339.823,87
Encargos Sociais	2.935.772,24	2.912.217,82
Provisão 1/3 sobre férias e encargos	2.380.934,33	2.288.391,56
Provisão de Horas Positivas	44.242,97	285.377,95
Parcelamento do FGTS, PROIES e MT	3.024.440,35	3.420.136,62
Ações Trabalhistas Provisionadas	505.299,04	482.841,22
Ações Trabalhistas a Pagar	104.352,56	0,00
Obrigações com Terceiros Descontados folha/mútuo	558.474,37	558.091,65
Total	13.088.534,73	13.286.880,69

B) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

No montante de R\$ 18.082.428,88, referente às parcelas vencíveis a partir de 2021 dos parcelamentos do FGTS, PROIES e MT, conforme discriminação abaixo pelas seguintes rubricas e valores:

Especificação	Valor	Vencimento Final	Taxa de Juro
FGTS	7.413.585,86	23/08/2026	3% aa
PROIES – modalidade tributária	10.309.295,28	Setembro/2028	SELIC
PROIES – modalidade previdenciária	35.474,33	Maió/2032	SELIC
Ministério do Trabalho	324.073,41	Março/2024	SELIC
Total	18.082.428,88		

O PROIES (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior) foi instituído pela Lei nº 12.688/12. A FIDENE protocolou em 30 de julho de 2012 requerimento de adesão ao programa e obteve despacho favorável emitido pela PRFN4R (Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região) em 02 de outubro de 2012. A formação da dívida incluiu os parcelamentos do imposto de renda, o imposto de renda em atraso dos exercícios 2009 e 2010, o PIS em atraso dos exercícios 2010, 2011 e 2012 (que em 2017 foi considerado indevido, sendo seus valores estornados do parcelamento) e a multa processo INSS do exercício 2006.

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES DIVERSAS

O valor total de R\$ 1.236.248,98 está discriminado nas seguintes rubricas e valores:

Rubricas	DEZEMBRO 2019	DEZEMBRO 2018
Encargos Retidos e Obrigações Fiscais	49.847,51	60.582,70
Ações Cíveis Provisionadas	1.000.000,00	1.042.973,00
Diversas Obrigações	186.401,47	133.643,89
Total	1.236.248,98	1.237.199,59

NOTA 13 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Estão registradas no grupo Obrigações Empregatícias, demonstrado na Nota Explicativa 11 e no grupo Obrigações Diversas, demonstrado na Nota Explicativa 12 sendo assim compostas:

Provisão Ações Trabalhistas (Grupo Obrigações Empregatícias): A FIDENE é reclamada em ações trabalhistas que, baseado na opinião dos advogados, foram classificadas com perda provável o montante de R\$ 505.299,04. Existem ainda ações consideradas como perda possível que totalizam R\$ 291.500,00.

Ações Cíveis (Grupo Obrigações Diversas): A FIDENE é reclamada em ações cíveis que, baseado na opinião dos advogados, foi classificado com perda provável o montante de R\$ 1.000.000,00, com perda possível o montante de R\$ 136.759,52 e com perda remota o montante de R\$ 69.751,00, sendo constituída provisão para perdas dos valores classificados com perda provável.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social registra o patrimônio inicial, a reserva de capital, a reserva de reavaliação e os resultados acumulados.

No Patrimônio Social Inicial está contabilizado o valor de dotação para formação da Fundação.

Na Reserva de Capital está contabilizada a avaliação da Marca Unijuí. Na Reserva de Reavaliação estão contabilizadas as contrapartidas das avaliações dos imóveis e dos veículos realizadas até 2007. A amortização será realizada na baixa por venda ou pela depreciação dos bens.

Na conta Superávit/Déficit Acumulados estão registrados os resultados dos exercícios encerrados.

Na conta Ajuste de Avaliação de Ativos estão contabilizados os bens reincorporados ao patrimônio.

Na conta Mudança de Prática Contábil e Estimativa Contábil estão evidenciados o ajuste da depreciação de bens no valor de R\$ 5.955.287,04 e o ajuste por perda de valores de clientes no valor de R\$ 889.866,18, realizados em anos anteriores a 2017.

Na conta Retificação de Erro estão contabilizados processos administrativos do Ministério do Trabalho, de anos anteriores a 2016, no valor de R\$ 793.372,99 e perdas de clientes no valor de R\$ 1.360.362,84.

NOTA 15 – AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

No exercício 2019, conforme previsto na NBC TG 23 (R1) – emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade em 20/12/2013, foi contabilizado na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos o montante de R\$ 364.462,02 referente aos bens móveis reincorporados ao sistema patrimonial. O ajuste foi embasado na verificação dos itens que estavam totalmente depreciados no sistema patrimonial, porém ainda encontram-se em uso pela instituição. Os bens foram reincorporados pelo seu valor total (valor da compra mais valor da reavaliação). Também foram revisadas e definidas as novas vidas úteis destes bens, que estão embasadas em laudo técnico justificado.

Os bens reincorporados estão discriminados abaixo conforme suas classificações e valores:

	DEZEMBRO 2019	DEZEMBRO 2018
Móveis, Equipamentos e Utensílios		83.730,12
Audiovisuais e Comunicações		19.828,85
Hardware		78.454,04
Laboratórios		135.661,27
Equipamentos para Esporte e Lazer		15.904,12
Máquinas e Aparelhos para Oficina		1.456,82
Tratores e Implementos Agrícolas		29.426,80
TOTAL		364.462,02

NOTA 16 – CUSTOS COM ENSINO E OUTROS SERVIÇOS

Representam as despesas de custeio com as atividades fins da instituição no montante de R\$ 69.324.969,92, conforme quadro abaixo:

Rubricas	DEZEMBRO 2019	DEZEMBRO 2018
Pessoal Docente	52.217.277,39	53.022.209,28
Material de Consumo	2.936.979,43	3.049.015,82
Serviços de Terceiros	8.318.433,00	8.078.333,52
Repasse de Convênios	535.754,63	235.158,77
Benefícios a Pessoal	4.840.594,81	4.988.178,43
Remuneração Pessoal sem Vínculo	727.969,01	619.373,99
Custo com Vendas e Serviços Internos	1.108.761,32	1.091.062,43
Transferências dos Centros de Custos	(1.360.799,67)	(1.405.509,55)
Total	69.324.969,92	69.677.822,69

NOTA 17 – QUANTIFICAÇÃO DAS GRATUIDADES CONCEDIDAS

No atendimento ao disposto nos artigos nº 13 e 13-A da Lei 12.101/2009, a instituição, no período de janeiro a dezembro de 2019, concedeu gratuidades no Programa (atividade) de Ensino no montante de R\$ 28.881.771,29, conforme discriminação abaixo:

Benefícios por Nível de Ensino	Valor Total do Benefício	Valor Filantropia	Número de Alunos Atendidos	Número de Bolsas	
				100%	50%
Gratuidade a Alunos de Graduação	25.790.404,68	17.148.245,62	973	919	54
Gratuidade a Alunos de Pós-Graduação	2.079.263,95	43.970,88	68	0	68
Gratuidade a Alunos do Ensino Fundamental e Médio	1.012.102,66	444.076,95	59	48	11
Total	28.881.771,29	17.636.293,45	1.100	967	133

O total de benefícios demonstrado acima (R\$ 28.881.771,29) refere-se a Bolsas ProUni, Gratuidade na Educação Básica e demais benefícios concedidos pela instituição. Além das bolsas obrigatórias, a FIDENE concede outros benefícios em que o processo de seleção considera critérios estabelecidos por resoluções internas, que diferem dos critérios estabelecidos pelo MEC, onde os alunos passam pelo processo de seleção que segue o perfil socioeconômico e critérios regidos pela legislação. No requerimento de Certificação de Renovação da Filantropia a instituição irá apresentar apenas o valor de R\$ 17.636.293,45 que se refere às bolsas concedidas através dos critérios do MEC (Bolsa ProUni no ensino superior e Gratuidade na educação básica).

NOTA 18 - DIVERSAS RECEITAS

O valor total da rubrica diversas receitas executou R\$ 3.604.533,63, destes R\$ 2.940.629,09 se referem ao recebimento do processo promovido pela FIDENE contra a União - Fazenda Nacional, que teve por objeto a repetição de indébito tributário em face do PIS do período de maio/2012 a dezembro/2015.

Cátia Maria Nehring
Presidente
CPF nº 431.406.960-000

Dieter Rugard Siedenberg
Diretor Executivo
CPF nº 211.257.400-00

Roselaine Schuster Scheren
Contadora CRC/RS 064772/O-7
CPF nº 567.546.040-34

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.

Diretores**FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE**

Ijuí – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos*Demonstrações do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 09 de março de 2020.

Marcelo Edgar de Vargas Gais
Contador – CRCRS nº 51.308

Sérgio Laurimar Fioravanti
Contador – CRCRS nº 48.601

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRCRS nº 006706/O
CVM 12.360